

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

O esforço de última hora

Com todas as redundantes urgências urgentíssimas que existam por aí, não há nada que o Congresso vá examinar nesta semana de chamado esforço concentrado que não pudesse ter sido votado nas semanas de dois dias de trabalho do ano inteiro.

Sequer a Medida Provisória dos Tributos, com as suas exigências de anualidade e de ajuste de caixa do Tesouro, mereceria estar nessa pauta de última hora. Está porque o governo Itamar e sua equipe de economistas passaram os últimos meses negando que fossem mandar pacote de impostos ao Congresso para substituir a arrecadação do IPMF, em boa hora sepultada. Diziam que não queriam repetir as cenas de todo fim de ano em que o governo altera os impostos para tapar buraco no Tesouro. Fizeram exatamente como sempre foi feito.

Se uma questão relevante como impostos deveria ter sido tratada com antecedência, muito menos se explica que o projeto de anistia do crime eleitoral do senador Humberto Lucena venha a ter prioridade, sobretudo durante uma convocação extraordinária do Congresso, como a que ocorre neste mês tradicional de recesso.

Mas a convocação extraordinária existe, a pauta também, e é provável que nesta semana muitos deputados apareçam em Brasília. Há algumas boas motivações para isso, além do cumprimento do dever. Em primeiro lugar, esta é, na prática, a última semana da atual legislatura. A próxima semana já estará tomada com as reuniões das novas bancadas, eleitas no ano passado e convocadas pelo Conselho Político do governo a opinar sobre a lista e o conteúdo das reformas na Constituição.

Em segundo lugar, não faltarão deputados interessados em fazer o *showzinho* de despedida da legislatura. Estão em Brasília este mês, desfrutando a plenitude de um mandato no Congresso, cerca de 40 suplentes dos parlamentares que foram eleitos para o Senado ou para os governos estaduais, ou nomeados para cargos no Executivo. É uma categoria especial de deputado ou senador tampão, com mandato de um mês apenas. Essa gente não perderá a chance de aparecer e acrescentar duas linhas à própria biografia.

A expectativa, portanto, é de quórum alto. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, agiu com sabedoria ao dividir os projetos desta semana em duas categorias. Hoje, entram na ordem do dia os projetos em torno dos quais existe consenso para aprovação.

Um deles é o projeto de resolução dos deputados José Genoíno e Miro Teixeira, recriando a Comissão de Fiscalização e Controle que existia antes da Constituição de 1988. Na época da Constituinte, decidiu-se que a tarefa de fiscalização e controle dos atos do Executivo seria feita pelas comissões permanentes do Congresso.

No momento em que passou a ter acesso também aos computadores da administração financeira (Siaf), realização que Inocêncio reivindica para a sua gestão, a Câmara começou a controlar o Orçamento até a liberação das verbas. Não tinha, entretan-

to, como fiscalizar as obras a que essas verbas se destinavam. A Comissão de Fiscalização e Controle terá poderes de ir até o fim da linha, inclusive convocando autoridades para prestar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos da União.

Os outros projetos de fácil aprovação nesta terça-feira são alguns acordos internacionais e o aumento dos salários do presidente da República para R\$ 8.500, e do vice-presidente e dos ministros de Estado e dos Tribunais Superiores para R\$ 8.000. Houve um acordo entre os Três Poderes para se chegar a esse teto.

Segundo Inocêncio, para se evitar efeito cascata desses salários sobre o resto da administração federal não há necessidade de amarras mais fortes do que a simples referência aos incisos VII e VIII do artigo 49 da Constituição. Ali, se estabelece que é da competência exclusiva do Congresso fixar a remuneração de deputados e senadores para a legislatura seguinte, e do presidente, do vice e dos ministros de Estado em cada exercício financeiro.

Para amanhã estão reservadas as batalhas finais desta legislatura. Há pedidos de votação preferencial para três projetos — a anistia do senador Humberto Lucena, o aumento do salário mínimo para R\$ 100 e a pensão de ex-presidente (no caso, também de R\$ 8.500) para Itamar Franco.

Lucena terá que enfrentar três votações para recuperar o seu mandato cassado pela Justiça Eleitoral. A primeira, com maioria simples, decidirá se o seu projeto de anistia fura a fila, ou seja, se ganha preferência e passa à frente dos demais. A segunda votação é a mais difícil. Exigirá maioria absoluta, ou 252 votos, para que o projeto de anistia ganhe a redundância da urgência urgentíssima.

Se vencer aí, Lucena ganha a parada. A votação seguinte, a do mérito do projeto, exigirá apenas maioria simples. Mas se perder pode ir para casa. Poderá ser empossado no novo mandato em 1º de fevereiro, mas cinco dias depois, quando a Justiça voltar do recesso e publicar a sentença de cassação de seu mandato, passará pelo constrangimento de ser desalojado do seu gabinete — a esta altura não mais de presidente do Senado.

Quanto à elevação do salário mínimo, difunde-se desde ontem a idéia de que os deputados que se dão aumento não poderiam negá-lo aos trabalhadores. É uma maneira de atear fogo ao circo e deixar o trabalho de bombeiro apenas para o presidente da República, que correria sozinho o risco de vetar um aumento incompatível com o caixa da Previdência. Mas o governo só afasta esse projeto de sua rota se assumir publicamente a necessidade de sua rejeição.

É o primeiro teste verdadeiramente sério do novo governo no Congresso. É perigoso, mas é ao mesmo tempo fácil de enfrentar. Não há sequer necessidade de encarar o desgaste de uma votação contra os interesses dos trabalhadores. Basta mandar que os deputados do governo se ausentem do plenário. Para o governo, o preço de fugir da raia será infinitamente menor do que o custo do aumento do salário mínimo sobre as contas públicas.